

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ENVELHECIMENTO: A relação entre cuidado, trabalho familiar e política social.

Renildo Junio de França Braga¹
Cilene Sebastiana da Conceição Braga²
Renata do Socorro dos Anjos Bentes³
Paula Graciele Silva⁴

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo sintetizar as principais discussões realizadas sobre o envelhecimento, e as suas implicações na organização familiar, na demanda por cuidados e viabilização por meio de políticas públicas. Ele está vinculado a um projeto interinstitucional aprovado pelo CNPQ/2022. O procedimento de coleta de dados teve como base a pesquisa bibliográfica e buscou analisar as relações entre envelhecimento, família, cuidado e políticas públicas. Os resultados mostraram que as demandas advindas desse processo de envelhecimento e da longevidade, como o cuidado, não é assumido pelo Estado, existindo uma lacuna considerável entre a responsabilização da família e a atuação das políticas sociais. Na ausência e/ou pouca oferta de serviços públicos, o cuidado, geralmente é incorporado as tarefas das mulheres.

Palavras-chave: Envelhecimento. Cuidado. Política Social.

ABSTRACT: This paper aims to synthesize the main discussions on aging, and its implications on family organization, the demand for care and viability through public policies. It is linked to an interinstitutional project approved by CNPQ/2022. The data collection procedure was based on bibliographic research and sought to analyze the relationships between aging, family, care and public policies. The results showed that the demands arising from this aging process and longevity, such as care, are not assumed by the State, and there is a considerable gap between the responsibility of the family and the performance of social policies. In the absence and/or little supply of public services, care is usually incorporated into women's tasks.

Keywords: Aging. Care. Social policy.

¹ Universidade Federal do Pará-UFPA; Graduando de Serviço Social; e-mail: juniofranza8@gmail.com;

² Universidade Federal do Pará-UFPA; Pós-doutorado em Política Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE/Portugal e Professora da graduação e pós-graduação da faculdade de Serviço Social da UFPA; e-mail: cilene@ufpa.;

³ Assistente Social, Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); e-mail: rebentes19@gmail.com;

⁴ Universidade Federal do Pará-UFPA; Graduanda de Serviço Social; e-mail: paulagraciele87@gmail.com

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A crescente produção acadêmica nos últimos anos sobre o envelhecimento e seus determinantes, nos desvelam um amplo campo de pesquisa, visto que, ainda existem diversas lacunas a serem analisadas, quanto aos processos que são inerentes ao envelhecimento.

Para isso, o caminho teórico metodológico de construção deste trabalho se deu na perspectiva de analisar a relação entre envelhecimento; cuidado; família e política social a partir do levantamento bibliográfico. O levantamento bibliográfico e a seleção dos artigos para realização deste trabalho, se deu obedecendo alguns caminhos como: as buscas pelos artigos foram realizadas na base de dados da SCIELO e Google Acadêmico, utilizando os seguintes critérios: revistas e periódicos, além de documentos oficiais; a partir dos anos 2000; das áreas de Serviço Social; Ciências sociais e Economia e com os descritores envelhecimento, proteção social, família, cuidado, care, idoso, assistência social, serviços socioassistenciais para idosos.

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de compreender os determinantes que influenciam no processo de envelhecimento, como o cuidado, as famílias, políticas sociais e outros recortes, como a feminização do cuidado e a responsabilização das famílias em prover o cuidado a pessoa idosa dependente ou não. O trabalho está dividido em três momentos: o primeiro traz as principais discussões realizada por alguns autores sobre o processo de envelhecimento; o segundo versa sobre o cuidado e a sua feminização; e no terceiro as análises entre as temáticas de família, cuidado e política social.

2 CATEGORIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

A população idosa no Brasil tem crescido exponencialmente nos últimos anos, é o que apontam dados obtidos pelo IBGE no censo de 2010, utilizado na análise de Silva (2016). “Em 2011, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD estimou as pessoas idosas em cerca de 23 milhões (...). Segundo estimativas do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

IBGE, a população idosa, em 2030, deve ultrapassar a marca de 30 milhões no país” (Brasil, 2013a, p. 69 apud SILVA, 2016, p. 218).

Silva (2016) diz que o envelhecimento longo se dá devido a avanços nos campos tecnológicos, científicos e epidemiológicos. Reiterando essa ideia, Capucha (2014 apud TEIXEIRA, 2020, p. 145) diz que “o envelhecimento é resultado do progresso social, da melhoria geral das condições de existência — saúde, educação, trabalho protegido e outros”. Ainda nesse sentido, para Escorsim (2021), esses avanços tecnológicos e científicos se deram devido a mobilização e lutas que os trabalhadores e a sociedade realizaram nos últimos anos, assegurando direitos sociais e humanos essenciais para garantir a dignidade desse processo de envelhecimento e a sua longevidade. Silva (2016) diz que o envelhecimento longo não é um processo novo a realidade brasileira, “os institutos de pesquisa, a literatura científica, assim como as projeções estatísticas e demográficas, a mais de uma década já sinalizam o fenômeno do envelhecimento populacional no país” (SILVA, 2016, p. 300).

Assim, são apontadas como determinantes da longevidade crescente as tecnologias de saúde, medicamentos, vacinas, cuidados médicos, mas também água tratada e canalizada, saneamento básico e habitação digna. Acrescentamos a esses fatores o acesso a outras políticas públicas, como saúde pública, previdência, assistência social e seus serviços sociais, além da política de trabalho, de habitação, de combate à pobreza e de outras que favoreceram a redução da mortalidade infantil, da mortalidade materna e melhoraram a qualidade de vida. Outros fenômenos — como a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1960, o anticoncepcional e o controle da reprodução biológica com o planejamento familiar, que reduziram as taxas de fecundidade — explicam o crescimento na expectativa média de vida e a ampliação da longevidade. (TEIXEIRA, 2020, p. 145).

Teixeira (2021) em sua análise sobre o envelhecimento a partir da gerontologia crítica, aponta para algumas diversidades de condições em que o processo de envelhecimento acontece, também negando a ideia de homogeneidade. Debert (1992, p. 33-34 apud TEIXEIRA, 2021, p. 448) afirma que “[...] a hipótese que funda a gerontologia como campo específico de estudos é a de que a velhice homogeneizaria as experiências vividas ou que os problemas enfrentados pelos idosos são tão prementes e semelhantes que minimizariam as diferenças [...]”. A autora aponta para

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

4 (quatro) perspectivas de análise do envelhecimento, pela idade biológica; psicológica; social e a cronológica. A idade biológica, está relacionada às questões fisiológicas e corporais; na idade psicológica, é colocado as questões que envolvem a capacidade cognitiva e comportamental; na idade social, se considera os aspectos comportamentais também, mas baseado nos hábitos, costumes, funções sociais espontâneas e/ou impostas socialmente; a idade cronológica refere à temporalidade, um marcador de tempo entre as fases dos indivíduos, como dias; meses; anos. Sendo assim, Teixeira (2021) enfatiza que estas idades postas aqui, influenciam ou afetam de forma diferente as pessoas, aqui se dá a importância da compreensão do envelhecimento como um processo heterogêneo.

Além disso, Carvalho (2013 *apud* TEIXEIRA, 2021, p. 251) enfatiza que “o envelhecimento é um processo que integra fatores pessoais, econômicos, comportamentais, culturais, sociais e de gênero, os quais determinam o modo como se envelhece”. Apesar dessas considerações sobre o processo de envelhecimento, de ser um processo decorrente de diversos fatores, ainda há uma lacuna de análise para como esses indivíduos se relacionam com esses fatores, ainda são compreendidos como indivíduos de funcionais e interdependentes (TEIXEIRA, 2021).

Teixeira (2020) ainda reitera que,

É consensual, na Gerontologia Social, a definição do envelhecimento humano como um fenômeno biopsicossocial. Essa definição é contribuição da Gerontologia, que fundou um campo específico de estudos, diferenciando-se das análises da Geriatria, que foi fundada na leitura dos aspectos biológicos e cronológicos do envelhecimento, compondo e fortalecendo o modelo biomédico, o que significou o predomínio do modelo de fazer ciência em moldes positivistas e a centralidade do médico nas definições de envelhecimento e no seu trato (TEIXEIRA, 2020, p. 136).

Nesse sentido, Paiva (2014, p. 125 *apud* SANTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 166) afirma que “[...] o envelhecimento populacional, longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital”, o autor analisa o envelhecimento na perspectiva social e econômica, afirmando que para além das questões socioeconômicas, é uma categoria mais ampla em seus determinantes.

Portanto, o processo de envelhecimento, de acordo com a discussão dos autores/as, é dinâmico e que para sua compreensão e análise, não se pode limitar-se

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em analisar somente pelo caráter biologicista. Os determinantes sociais influenciam diretamente em como ocorre esse processo, e desvenda um cenário de desigualdades inerentes desse processo. Além de que, com o aumento de pessoas envelhecendo e da longevidade, emergem uma demanda maior por cuidados.

3 O TRABALHO NÃO REMUNERADO NO CUIDADO DE IDOSO

Antes de adentrarmos no cuidado e suas nuances, primeiro precisamos compreender o que é o cuidado. A autora Passos (2017) parte do entendimento que o cuidado é uma demanda ontológica¹ do ser humano. A sua “satisfação” ocorre enquanto resultado da coexistência entre trabalho e relações sociais. Diante disso, podemos nos perguntar “o que faz e que tipo de necessidade é esta?”, para isso requeremos saber que no meio disso há uma ramificação deste cuidado, como enumera Passos (2017):

1º – enquanto procriação, existe a necessidade de se pensar a sobrevivência dos indivíduos que não podem executar o trabalho para satisfazer as suas necessidades ontológicas primárias, logo, precisam que um outro trabalhe para satisfazê-los; 2º – enquanto relação social, será determinado como, por quem, onde e de que forma o cuidado deve ser executado. (PASSOS, 2017, p. 251).

Com isso, interpretamos que essa relação social se torna uma atividade, que para acontecer alguns indivíduos precisam dispor de seu tempo. Existem indivíduos que não podem suprir as suas necessidades ontológicas primárias, o que os torna “dependentes” de um outro para supri-las, ou seja, esse outro precisa trabalhar por/para eles. “O cuidado é a resposta dessa ‘dependência’” (PASSOS, 2017, p.251).

Diante disto, há uma indagação de quem faz este trabalho, para Passos (2017, p.255) “o cuidado é incorporado como responsabilidade da família, que deve prover o bem-estar dos indivíduos dependentes, o que recai enquanto atribuição e responsabilidade das mulheres”. Passos (2017, p. 252) reafirma isso relatando como

¹ Ontologia é o estudo ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente, segundo Schiessl (2007).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19,22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“o cuidado, que é uma necessidade ontológica do ser social, acabou assumindo o sentido de atribuição feminina, tornando-se parte dos comportamentos que devem ser ensinados e reproduzidos pelas mulheres, reduzindo completamente a sua essência”. Isso acontece por conta da construção em cima da imagem da mulher e do seu papel na sociedade, como diz Arruda (1996, p. 8) existem características que diferenciam a masculinidade da feminilidade, em que há uma construção de diferenciação estereotipada em que: “o homem seria racional, ativo, dominante, enquanto a mulher se apresentaria sentimental, passiva, submissa.” É diante disso que se firma a ideia de a mulher ser mais capacitada para o cuidado.

As mulheres assumem a dedicação desse trabalho – muitas vezes devido às condições financeiras e sociais, pontuado essa “associação entre o regime familista (não opcional) e o não compartilhamento equânime entre homens e mulheres da provisão de cuidados nos lares gera uma sobrecarga de trabalho feminino” (PASSOS *et al*, 2021, p.15). Comumente o cuidado é exercido, principalmente, pelas mulheres e mães na família e isso acarreta uma implicação negativa na liberdade e independência financeira delas (PASSOS *et al*, 2021).

O fato desse trabalho não ser remunerado interfere diretamente no cuidado. Por exemplo, alguns idosos recebem um salário-mínimo como aposentadoria, esse valor acaba sendo insuficiente para atender às suas necessidades. “Além de, muitas vezes, esta renda auxiliar em outras despesas da casa ou ser a única renda da família” (DONATTI *et al*, 2018, p.123).

Segundo Donatti (2018):

Salienta-se que a dependência não é um fenômeno novo, sempre existiram pessoas necessitando de cuidados, no entanto, atualmente, as famílias modificaram sua estrutura, com alteração do papel da mulher, que está inserida no mercado de trabalho não podendo mais assumir integralmente a função de cuidadora. Desse modo, ter um familiar que necessita de cuidados está se tornando um problema com implicações sociais, psicológicas, econômicas, políticas e financeiras, não só para a pessoa dependente, mas também para quem tem que assumir esses cuidados. (DONATTI *et al.*, 2018, p.123).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Diante dessa colocação, podemos pensar em como as configurações de proteção social e arranjo familiar não mudam a posição da mulher enquanto cuidadora. Como destaca Arruda (1996),

[...] em vários países, as condições sociais e econômicas da mulher transformaram-se concomitantemente às mudanças de usos e costumes da sociedade. Nesse caso, em que a mulher passa a integrar a empresa para suas tarefas profissionais, cabe ao poder público adaptar às necessidades e exigências atuais os direitos civis da mulher, pautando-se sempre na índole natural do sexo feminino, na honestidade dos costumes e no interesse comum da família.” (ARRUDA, 1996, p. 8).

Entretanto, ainda hoje não enxergamos esse auxílio e apoio na sustentação da família, que é a base de muitas políticas públicas, como salienta Mioto e Dal Prá (2015, p. 8) que é “o aprofundamento do caráter familista que marca historicamente a política social brasileira”. Com isso, Donatti et al. (2018) levantam um ponto importante na questão de cuidado dos idosos, no qual ele diz:

Não existe no Brasil uma política específica para pessoas dependentes de cuidados e/ou de cuidados de longa duração formalizada, e o que se vê é uma previsão de estratégias de saúde e de assistência social que se propõem a ofertar ações com vistas a assegurar proteção social aos idosos com dependência e suas famílias (Atenção Domiciliar, Instituição de Longa Permanência para Idosos-ILPI, Centros-Dias). No entanto, a Política de Assistência Social tem como objetivo assegurar benefícios, serviços, programas e projetos de proteção social para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social ou pessoal. Contudo, conforme afirmaram Camarano e Mello (2010, p.16), “as políticas de cuidado são de responsabilidade da assistência social, mas elas se concentram no abrigamento de idosos carentes”, não se destinam aos idosos dependentes de cuidados. (DONATTI *et al.*, 2018, p.118).

Ou seja, os programas de assistência social são destinados para tentar assegurar algum modo de proteção social somente para famílias de baixa renda, entretanto, essa maneira de lidar ignora fatores importantes e únicos visto no cuidado de idosos, como a ausência de um seguro financeiro das famílias para manter o idoso, mesmo que a parentela tenha alguma renda, pois o custo para o cuidado é alto, sendo muitas vezes rejeitados pelos próprios sistemas de saúde do país, como relata Karsch (2003 *apud* DONATTI *et al.*, 2018, p.116): “os sistemas de saúde, atualmente, com justificativa dos altos custos da assistência hospitalar e institucional e pela cronicidade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

clínica dos idosos, indicam a permanência deles em casa, sob os cuidados da família”.

Ao longo do texto pudemos observar a desvalorização do trabalho feminino no cuidado, principalmente no não reconhecimento remunerado. Entretanto, Passos (2017, p. 252) enfatiza que essas atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, “[...] devem ser reconhecidas enquanto trabalho no cenário contemporâneo”. Além disso, “nas configurações atuais o cuidado vem sendo identificado enquanto trabalho – executado majoritariamente pelas mulheres – na medida em que tem sofrido a sua valoração, não só em relação ao uso, como também à troca” (PASSOS, 2017, p. 252).

Passos (2017, p. 252) ressalta que “a partir do momento em que o cuidado é tratado e conceituado como trabalho, ele passa a ser reportado como care ou trabalho de care/cuidado”. Além de acentuar que tem sido através do setor de serviços que esse tipo de trabalho vem sendo convocado e mercantilizado.

4 FAMÍLIA, CUIDADO E POLÍTICA SOCIAL

Campos e Mioto (2009, p. 183) chamam atenção para a diversidade das composições familiares brasileiras, sobretudo no que diz respeito aos termos relacionados às classes sociais e às próprias diferenças entre seus membros e as relações estabelecidas entre esses, que resultam em “[...] uma instância sobrecarregada, fragilizada e que se enfraquece ainda mais quando lhe atribuímos tarefas maiores que a sua capacidade de realizá-las”.

Também as autoras pontuam que o fator determinante da crise do trabalho, que evidencia o aumento do desemprego e da informalidade e reverbera em condições adversas de emprego e renda, altera a capacidade que as famílias teriam em produzir “estratégias de sobrevivência”, colocam a família mais em uma posição de elemento ameaçado do que de provedor, que é o que se espera dessa instituição.

Pereira (2010) observa que a existência de variados tipos de família deve ser considerada quando se analisa essa instituição que é compreendida como uma esfera privada de proteção social. O esgotamento do modelo tradicional de família nuclear,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

constituído por um casal, unido por um casamento legal, com dois ou três filhos, onde o homem se encarrega dos proventos enquanto a mulher assume as tarefas do lar – e que ainda serve de modelo para quem formula as políticas sociais – encontra-se em processo de enfraquecimento.

A autora aponta que um dos responsáveis principais para o esgotamento desse modelo de família foi a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, como também a chefia dos lares pelas mulheres. Além disso, infere que milhares de famílias nem sequer contam com a presença masculina como apoio moral ou financeiro. Assim, essa relação protetiva existente entre a figura feminina e a família gera um ambiente de pressão, por parte do Estado, para a manutenção desses espaços e responsabiliza a mulher pelo bom desempenho da estrutura familiar e do ambiente doméstico, mantendo-a em uma situação de dependência financeira em relação ao homem provedor.

Levando em conta a heterogeneidade dos modelos de famílias atuais, essas mulheres aparecem também como principais responsáveis pela proteção social familiar, considerando o aumento no número de famílias que possuem uma mulher como referência econômica. Esse processo se dá através das políticas de proteção social desenvolvidas pelo Estado, para atendimento às demandas apresentadas pelos membros desses núcleos. Para as autoras, a partir do espaço destinado às famílias no sistema de proteção social brasileiro, em termos legais e operacionais, sobretudo na política de assistência social, verifica-se que no país existe um caráter e uma orientação sobremaneira “familista” desse sistema.

O conceito de “familismo”, empregado principalmente pelos pensadores europeus Chiara Saraceno (1996) e Gøsta Esping e Palier (1999), estudiosos dos modelos de Estado de Bem-Estar Social implementados, sobretudo na Europa, compreende-se este como uma forma onde a política pública desenvolvida pelas Nações exige e considera que a responsabilidade principal pelo bem-estar social seja das famílias.

Considerando que a complexa discussão entre famílias, cuidado e política social está diretamente relacionada ao Estado enquanto regulador dessas relações,

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

bem como à estrutura da proteção social brasileira, Muller e Moser (2020) afirmam que o trabalho de cuidado, exercido e alicerçado na sociedade capitalista, apresenta-se permeado de contradições, próprias desse modelo de organização. Além disso, desigualdades e conflitos de gênero, classe e raça atravessam esse processo, sobretudo no âmbito doméstico onde, em sua maioria, essas atividades, geralmente não pagas ou com rendimentos muito baixos, são desenvolvidas por mulheres.

Para mais, Marcondes (2013) verifica que o trabalho de cuidado não se constitui apenas de um formato, visto que o provimento do bem-estar tem na família a principal instituição, mas não a única. Desse modo, o Estado e o mercado desempenham funções importantes nas relações sociais, objetivando o atendimento das necessidades humanas concretas. Entretanto, tanto no cuidado familiar, quanto profissional o cuidado é feminizado, sendo a atividade de cuidar necessariamente orientada pelo gênero, manifestada no âmbito familiar e na inserção no mercado de trabalho, concretizando-se no fato de que as ocupações das mulheres geralmente são aquelas que envolvem o cuidado.

Também Mioto e Dal Prá (2015) inferem que apesar do reconhecimento cada vez maior do cuidado como direito e, por conseguinte, como uma questão de política pública, esse continua sendo observado a partir da visão de que é problema e responsabilidade das famílias, sobretudo das mulheres. De acordo com as autoras, esse pensamento é reforçado no Brasil, principalmente desde os anos 1990, a partir do delineamento do projeto neoliberal de seguridade social instituído pela Constituição de 1988.

No Brasil, diferente dos países europeus, as ações de bem-estar, asseguradas como Lei só foram implementadas após 1988. A Constituição de 1988 inseriu a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social como integrantes da Seguridade Social brasileira, legitimando essas ações como direitos sociais reconhecidos. Dessa forma elas passaram a integrar um conjunto de Políticas Sociais Públicas.

A partir da necessidade de estratégias serem apresentadas por parte do Estado, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei 8.742), criada em 1993, foi o marco que legalizou a Assistência Social no Brasil como direito do cidadão e dever do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Estado, sendo uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, ou seja, que atende, minimamente, as necessidades básicas de sujeitos que vivem em situação de pobreza, promovendo a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), também regulamentada no início do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que demonstrou interesse em aprofundar as discussões acerca das políticas de Assistência Social, tem como principal objetivo promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

No ano de 2005, o Governo Federal criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, com ele, ocorreu a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), resultado da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que aconteceu no ano de 2003, e deliberou a existência de uma política social que coloca em prática os preceitos regulamentados na Constituição Federal e na LOAS, efetivando a Assistência Social como política pública.

Após a promulgação do SUAS, houve a criação de ações governamentais voltadas para a centralidade da família. Um dos parágrafos do artigo versa acerca da vigilância socioassistencial, apresenta a necessidade do desenvolvimento de análise territorial sobre a capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, vitimização e danos que podem vir a ocorrer com os membros dessas famílias, no interior dessas relações.

Apesar de indicar a modernização da Assistência Social e a ruptura com o assistencialismo, com novas formas de gerir as políticas de assistência social, alterando a transferência de recursos para os estados, municípios e Distrito Federal, o SUAS mantém a centralidade na família e nos sujeitos que a compõem, objetivando o convívio familiar e comunitário.

Conforme a PNAS e o SUAS, a matricialidade sociofamiliar enxerga a família como núcleo estruturante para a efetivação das políticas sociais, considerando suas transformações históricas, arranjos e contradições. Outras legislações, como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

corroboram que a família assume papel protetor e mediador entre os sujeitos e o coletivo.

Entretanto, autores como Perez et al. (2018) defendem que a centralidade na família permanece focalizado nas mulheres, que buscam os serviços sociais nos CRAS para si e para os membros familiares, tornando-as o maior número de usuárias desses espaços. A existência dessas mulheres que são mães, donas de casa, desempregadas ou sem acesso ao emprego remunerado, acaba diluindo-se na expressão “família”, culminando em um processo de responsabilização, silenciamento e marginalização, que corrobora com a lógica do patriarcado no modo de produção capitalista.

Campos e Miotto (2009) pontuam que o fator determinante da crise do trabalho, que evidencia o aumento do desemprego e da informalidade e reverbera em condições adversas de emprego e renda, altera a capacidade que as famílias teriam em produzir “estratégias de sobrevivência”, colocam a família mais em uma posição de elemento ameaçado do que de provedor, que é o que se espera dessa instituição.

5 CONCLUSÃO

O processo de envelhecimento na sociedade capitalista é marcado por diversos desafios. Eles não se limitam a análise de uma dimensão apenas biológica. Ele deve ser analisado a partir de uma análise que envolve desigualdades de classe, gênero e raça.

Quando relacionamos envelhecimento, cuidado, política social e família verificamos o reforço do patriarcado no que tange a responsabilização feminina pelas tarefas de cuidado com os idosos. No Brasil, essa relação é materializada no fortalecimento do familismo e ausência e pouca oferta de serviços disponibilizado a esse segmento. Esse trabalho desenvolvido pelas mulheres não é remunerado o que a coloca numa situação ainda mais fragilizada na sociedade.

Em tempos de fortalecimento do neoliberalismo, aumento da pobreza e privatização dos direitos sociais é necessário debater o cuidado tanto no campo do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

envelhecimento como em outras esferas, visando descortinar um trabalho necessário e invisibilizado que contribui ainda mais para o aumento da sobrecarga das mulheres.

6 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria C. C. de. Relação empresa-família: o papel da mulher. **RAE- Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. 1996. v. 36, n. 3, p. 6-13. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/YSG3BdCVPTcQ968kJs5cCK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa de 1998**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. **Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SUAS – Sistema Único de Assistência Social. **Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**, [s.l.], n. 12, p. 165-190, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12932. Acesso em: 16 jun. 2023.

DONATI, L. BEUTER, M.; SCHIMITH, Maria D. Organização do cuidado ao idoso dependente. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre. v. 17. n. 1. p.115-125. Jan./jul. 2018. Disponível em:< <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/25727/17156>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESPING, A.; GOSTA; PALIER, Bruno. **Los tres grandes retos del Estado del bienestar**. Barcelona: Ariel Ciência Política, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272960339_Esping-Andersen_Gosta_y_Palier_Bruno_Los_tres_grandes_retos_del_estado_del_bienestar. Acesso em: 18 jun. 2023.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, Keli Regina. SERVIÇOS SOCIAIS E RESPONSABILIZAÇÃO DA FAMÍLIA: CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA. **XIII ENPESS: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço**

Social. Juiz de Fora. 2012.. Disponível em: https://nisfaps.paginas.ufsc.br/files/2015/05/texto-9_capacita%C3%A7%C3%A3o-trabalho-com-familias_Mioto-servi%C3%A7os-sociais-e-familia.pdf. Acesso em: 26 mai. 2023.

PASSOS, L.; MACHADO, D. C. Regime de cuidados no Brasil: uma análise à luz de três tipologias. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2021, v.38, 1-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sxNtfvt4NWS3D8szwqXz88d/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

PASSOS, Rachel G. “Entre o assistir e o cuidar”: tendências teóricas no Serviço Social brasileiro. **EM PAUTA**. Rio de Janeiro. 2017 - n. 40, v. 15, p. 247 - 260. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32725>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SANTOS, Milena da S.; NASCIMENTO, Michelli B. do. O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. **Temporalis**, [S.L.], v. 20, n. 39, p. 163-176, jun. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Edilane%20Bertelli/Downloads/ekeys,+13+ART+27202+O+ENVELHECIMENTO+POPULACIONAL+NA+SOCIEDADE+CAPITALISTA...+\(p.+163-176\)%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Edilane%20Bertelli/Downloads/ekeys,+13+ART+27202+O+ENVELHECIMENTO+POPULACIONAL+NA+SOCIEDADE+CAPITALISTA...+(p.+163-176)%20(3).pdf). Acesso em: 10 maio 2023.

SARACENO, C. **Sociologia della famiglia**. Bologna: Il Mulino, 1996.

SCHIESSL, M. ONTOLOGIA: o termo e a ideia. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis. 2007, n. 24, p. 172-181. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2007v12n24p172/415.%2520>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SILVA, Maria do R. de F. e. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social & Sociedade [online]**, São Paulo, n. 126, p. 215-234, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/5F8TDXstHNrvPytBJBmD68D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas. **Serviço Social & Sociedade [online]**, São Paulo, n.142, p.447-466, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZKybzNjxNnSWSHnL7F6BwXG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2023.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Serviço Social & Sociedade [online]**, São Paulo, n. 137, p. 135-154, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZGq7Ld9qsYWyrnfxzjLtWZL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2023.

SILVA, Emilia Pio et al. O idoso no contexto familiar: uma abordagem a partir do banco de dados da Capes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 22, n. 2, p. 299-318, 2016. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1409/967>. Acesso em: 11 abril 2023.

PEREZ, A. M. *et al.* Matricialidade Sociofamiliar: tensões e contradições na assistência social brasileira. **VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 8, 2017. São Luís. *In: Anais [...]*. São Luís, 2017, p. 1665-1682. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/481/showToc>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

